

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: “A produção historiográfica através das fontes impressas e da imprensa”

Volume 22 | Número 2 | Ano/período: maio/agosto 2023

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v22i2.14876

ISSN: 2763-8804

O papel do jornal “a imprensa Catholica” e das cartas pastorais no combate ao protestantismo, o espiritismo e a expansão do catolicismo na Paraíba (1889 – 1930)

José Pereira de Souza Junior¹  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

SOUSA JUNIOR, J. P. O papel do jornal “a imprensa Catholica” e das cartas pastorais no combate ao protestantismo, o espiritismo e a expansão do catolicismo na Paraíba (1889 – 1930). **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.30-46, mai-ago 2023.

Recebido em: 10/04/2023 | **Aprovado em:** 01/05/2023 | **Publicado em:** 20/07/2023

¹Doutor em História e Professor Adjunto na Universidade de Pernambuco (UPE) e colaborador no PPGH da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O papel do jornal “a imprensa Catholica” e das cartas pastorais no combate ao protestantismo, o espiritismo e a expansão do catolicismo na Paraíba (1889 – 1930)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar os usos do jornal “A Imprensa Católica” e das cartas pastorais produzidas pelo Arcebispo Dom Adauto de Miranda Henriques e utilizadas no combate ao protestantismo e ao espiritismo, como também na divulgação do pensamento da Igreja Católica, sobre as normas de comportamento moral, social e religioso. Além dos jornais, as cartas pastorais tornaram-se documentos importantes de divulgação e expansão da fé católica do litoral ao sertão paraibano. As cartas pastorais se constituem em fontes de valor inestimáveis seja pelo seu caráter litúrgico, seja pelo importante lugar ocupado por elas na vida e na organização eclesial católica entre os séculos XIX e XX. As cartas pastorais, juntamente com o púlpito, a imprensa, a iconografia e a arquitetura, tornaram-se os espaços privilegiados de comunicação entre a Igreja e seus fiéis.

Palavras-chave: Jornal. Cartas Pastorais. Imprensa Católica. Paraíba. República.

The role of the newspaper “The Catholic Press” and pastoral letters in combating Protestantism, spiritualism, and the expansion of Catholicism in Paraíba (1889-1930)

Abstract

This article aims to present the uses of the jornal “A Imprensa Catholica” and the pastoral letters produced by Archbishop Dom Adauto de Miranda Henriques and used in the fight against Protestantism and Spiritism, as well as in the dissemination of the thought of the Catholic Church, on the norms of moral, social and religious behavior. In addition to the newspapers, the pastoral letters became important documents for the dissemination and expansion of the Catholic faith from the coast to the interior of Paraíba. Pastoral letters are sources of inestimable value, both for their liturgical nature and for the important place they occupied in Catholic ecclesiastical life and organization between the 19th and 20th centuries. Pastoral letters, along with the pulpit, the press, iconography and architecture, became the privileged spaces of communication between the Church and its faithful.

Keywords: Newspaper. Pastoral Letters. Catholic Press. Paraíba. Republic.

El papel del periódico “La Prensa Católica” y de las cartas pastorales en la lucha contra el protestantismo, el Espiritismo y la expansión del catolicismo en Paraíba (1889 – 1930)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar los usos del jornal “A Imprensa Catholica” y de las cartas pastorales producidas por el Arzobispo Dom Adauto de Miranda Henriques y utilizadas en la lucha contra el protestantismo y el Espiritismo, así como en la difusión del pensamiento de la Iglesia Católica, sobre las normas de conducta moral, social y religiosa. Además de los periódicos,

las cartas pastorales se convirtieron en documentos importantes para la difusión y expansión de la fe católica desde la costa hasta el interior de Paraíba. Las cartas pastorales son fuentes de inestimable valor, tanto por su carácter litúrgico como por el importante lugar que ocuparon en la vida y organización eclesiástica católica entre los siglos XIX y XX. Las cartas pastorales, junto con el púlpito, la prensa, la iconografía y la arquitectura, se convirtieron en los espacios privilegiados de comunicación entre la Iglesia y sus fieles.

Palabras clave: Periódico. Cartas Pastorales. Prensa católica. Paraíba. República.

Surgimento e usos do jornal “A Imprensa Catholica”

O jornal semanal A Imprensa Catholica, criado em 1893 pela Diocese paraibana e se mantém funcionando até 1945, com um intervalo de fechamento entre 1903 até 1912 por falta de verbas para funcionamento. O que sabemos através de pesquisa é que o jornal foi amplamente utilizado para a divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, como também na exposição e divulgação das cartas pastorais como instrumento de expansão da fé católica do litoral ao sertão paraibano. Este jornal também foi utilizado ao longo de sua existência jornalística para combater de forma contundente o Espiritismo, o Protestantismo e a Maçonaria.

A estratégia do jornal A Imprensa Católica era complementar as suas informações principais remetendo o leitor a uma leitura sobre como educar as novas gerações na mesma medida em que fomentava valores concernentes à moral cristã de modo abrangente. Vejamos o que diz a matéria publicada no jornal A Imprensa Católica de 30 de junho de 1923 intitulada *Instrução religiosa*:

Não ha, nem pode haver quem desconheça as immensas vantagens do ensino, principalmente na época actual em que o espirito humano se revela cheio das mais nobres aspirações e ideaes e ao mesmo tempo de sentimentos inferiores que tanto o degradam. Mas é justo que fique assignalado, não ás imperiosas necessidades do século o ensino separado da instrução religiosa.¹

Em 1903, o jornal A Imprensa sai de circulação, com isso muito membros do clero passam a utilizar-se de outros veículos de comunicação para continuar expandindo suas ideias cristãs pautadas no cristianismo, como também no combate ao protestantismo e espiritismo, e um destes jornais que será utilizado para este

¹ AEPB – Instrução Religiosa - Jornal A Imprensa Católica – Bi Semanario Catholico, Parahyba Segunda-feira, 30 de junho de 1923 - ANNO XX N° 88. Fundo Chancelaria - Serie Jornais. E15. Cx.8.

fim é o jornal a UNIÃO, órgão oficial do governo do Estado. Esta presença católica dentro do jornal mostra a influência que o clero tinha dentro do governo, ao ponto de ter uma coluna destinada a conteúdos católicos.

Combate ao Protestantismo através dos jornais impressos

Na tentativa de combater o protestantismo na Paraíba, que para o clero utilizava-se da ideia de prosperidade e riqueza para conseguir mais seguidores, a Igreja por sua vez passa a questionar está “teoria da prosperidade” tão divulgada pelo protestantismo nas falas de seus líderes, isto é, seus pastores. Para a Igreja, as nações protestantes são mais egoístas, mais cruéis do que os povos católicos e eis a explicação natural das suas riquezas e prosperidade natural que aprofunda as desigualdades sociais entre aqueles que se converteram ao protestantismo.

Diante do avanço protestante em terras paraibanas no início do século XIX, período este em que a Igreja está vivenciando momentos de transformação interna, com a romanização e ao mesmo tempo externa, pois tem ainda que tentar frear o avanço do protestantismo e do espiritismo que ganham adeptos e espaço nas diferentes camadas sociais. Diante disso, não resta a Igreja paraibana reagir. E será justamente isso que o Bispo Dom Adauto de Miranda Henriques vai fazer, utilizando-se mais uma vez do jornal a Imprensa Catholica, o clero paraibano vai dedicar atenção especial a religião protestante por considerá-la filha espúria da Igreja Católica, uma heresia oriunda de paixões mal contidas, de despeitos e de invejas

No entanto, os protestantes revidam aos ataques da Igreja e acusam o Vaticano de exercer sobre as nações católicas um poder estrangeiro, levando as Igrejas nacionais a se preocuparem em combater o protestantismo e o espiritismo, deixando de lado ações católicas ligadas aos interesses da Santa Sé, como por exemplo, as visitas pastorais em lugares mais distantes da capital paraibana, pois nem todas as cidades tinham prelados para realizar os atos devocionais e congregar cada vez mais fiéis e fortalecer o catolicismo.

Nesta época havia recomendação do clero para que os fiéis evitassem aproximação com protestantes para não cair no erro ou pecado. Um fato curioso ocorreu na capital paraibana em junho de 1900, quando ocorreu a inauguração de um templo evangélico e na ocasião foi encaminhado a diocese convite para participar deste fato, porém nenhum representante da Igreja se fez presente para participar da inauguração e em resposta ao convite feito pelos evangélicos e publicado no jornal, seu editor escreve:

Não fomos a sessão, nem católico algum podia ir, em vista das penas que a Igreja comina, visando sempre o grande interesse de salvar o depósito da fé, na qual pode vacilar de algum modo o fiel se expondo a ocasião. Não podemos servir a dois senhores, comparecendo, transgredimos a lei de Deus que nos priva pelo órgão infalível de sua Igreja assistir sob qualquer pretexto a essas reuniões, e a ele queremos servir. (...) Examinando porém tudo, vimos que o melhor é evitar e deixar de comparecer a essas reuniões. (AEPB – Jornal A Imprensa, 24 de junho de 1900. Serie Jornais).

Como podemos perceber, a Igreja buscava manter-se distante de toda e qualquer possibilidade de relacionamento com o protestantismo, e ainda incitava os fiéis católicos a fazerem o mesmo, uma clara demonstração de intolerância e desrespeito á outras religiões. A Igreja utilizando-se da Imprensa e das missas celebradas pelo Bispo e outros párocos, procuram a todo custo desqualificar o protestantismo, imputando a seus adeptos todo tipo de punições seja terrenas ou celestiais, despertando em boa parte da sociedade paraibana da época um temor, uma ojeriza e distanciamento de tudo que se relacionava ao protestantismo.

De acordo com o memorialista paraibano Epaminondas Câmara (1988), a inserção do protestantismo na cidade de Campina Grande se deu nas primeiras décadas do século XX. Segundo Câmara, em 1912 começou a ser erguida a primeira igreja protestante com o nome de “Evangélica”, localizada na Rua do Açude Novo, sendo o pastor fundador Sinfrônio Costa. Em 1920 tivemos a inauguração do templo evangélico, que já contava com trinta membros e com dois oficiais eclesiásticos: o presbítero João Canuto e o diácono Eulálio Eliazar.

Já em de março de 1922, foi fundada a 1ª Igreja Batista na rua do Silvestre, tendo como pastor-professor Augusto Santiago. Há 08 de janeiro de 1924, houve a fundação da primeira Igreja protestante pentecostal (Assembleia de Deus), na rua das Areias, e apenas em 30 de junho de 1927 tivemos a inauguração da primeira igreja congregacional, intitulada Igreja Evangélica Congregacional, localizada a rua Treze de Maio, isto se deu com a chegada do pastor João Clímaco Ximenes em sua direção. Neste período, a Igreja já contava com noventa membros e a Escola Bíblica Dominical com cento e cinquenta alunos.

Para reforçar a imagem de instituição infalível e solida, a igreja publica um artigo intitulado O Anglicanismo em apuros. Neste artigo, o clero apresenta a situação da Inglaterra, mostrando a expansão do catolicismo e o desmoronamento do anglicanismo. Em uma das passagens, afirma “que os ingleses atiram-se nos braços da Igreja Católica, chorando amargamente o tempo em que se distanciou do verdadeiro

aprisco, onde bebia o leite da boa e sã doutrina moral que regenera e purifica os corações.”²

O desprezo da Igreja para com aqueles que se convertiam era contundente, intolerante e desrespeitoso. Diante das acusações de intolerância religiosa, o clero brasileiro alegava em sua defesa que nos países protestantes via-se a mesma situação, isto é, protestantes convertendo-se ao catolicismo. Em matéria publicada em fevereiro de 1901 no jornal a Imprensa, afirma-se, o protestantismo é uma rebelião que Deus detesta e amaldiçoa sobre a terra, como detesta e amaldiçoa no céu a rebelião dos seus anjos maus. Devem-se amar os protestantes e detestar o protestantismo, como se deve amar o pecador e detestar o pecado.

Nesta pequena passagem, percebemos que há uma contradição no discurso católico, mesmo que de forma sutil, pois ora considera os protestantes egressos do catolicismo um lixo, ora passa a pregar o amor entre os convertidos ao catolicismo. Utilizando-se de um discurso fundamentado na religião católica, os clérigos que escreviam no jornal a Imprensa, buscavam convencer seus leitores de que o protestantismo não se constituía em grande ameaça, porque as bases do catolicismo eram sólidas, mas, era preciso o apoio irrestrito dos seus fiéis e a manutenção das práticas devocionais.

O que nos chama atenção é a tentativa da Igreja em mostrar poder e influência, e ao mesmo tempo desqualificar aqueles que se converteram ao protestantismo. Demonstrando que aqueles que tomaram um “mau caminho”, ou seja, converter-se ao protestantismo não faria falta, por serem no entendimento do clero pecadores, traidores e hereges, portanto eram dispensáveis. De acordo com o jornal e na mesma matéria de 1899, o protestantismo estaria fazendo um favor, prestando bom serviço a Igreja Católica, pois estava levando para seu interior seu lixo e as varreduras das sacristias.

O clero adotava como tática a divulgação ampla dos casos de protestantes que se convertiam ao catolicismo e das dificuldades pela qual passavam os países protestantes, numa tentativa de mostrar os efeitos negativos do protestantismo e de sua conversão. Em matéria publicada no ano de 1899 sob o título *Conversão de Protestantes*, o jornal a Imprensa trazia a notícia de que havia um grande número de conversões desta doutrina ao catolicismo na Inglaterra e aproveitava para fazer uma comparação com o Brasil. Diz o referido jornal: “Aqui no Brasil os Protestantes tiram sua desforra e de vez em quando conseguem apanhar um amasiado, um mau pagador, um fintador, um padre infiel a seus juramentos e rebatizá-los”³

² AEPB - Jornal A Imprensa Catholico. Serie jornais. 20 de agosto de 1899.

³ AEPB – Jornal A Imprensa. Serie Jornais. 08.11.1899.

Porém, mesmo com todo discurso proferido em seus altares, a Igreja não conseguiu impedir o crescimento do protestantismo no Brasil e em particular, na Paraíba. Na medida em que o tempo ia passando, muitos templos evangélicos foram sendo construídos e novos adeptos iam sendo agregados a esta religião, o que demonstra que o poder da Igreja não era tão grande o suficiente para impedir a expansão protestante em terras paraibanas. Passadas décadas da chegada do protestantismo no Brasil, o que vemos na atualidade é um crescimento cada vez maior de Igrejas evangélicas e um número cada vez crescente de “crentes” a frequentarem estes espaços em busca de conquista material, como também de conforto espiritual.

Querelas entre católicos e espíritas através de jornais.

Os primeiros movimentos do espiritismo⁴ no Brasil começaram no Ceará, com o Sr. Catão da Cunha, quase no mesmo tempo que na França. Porém, a propaganda da doutrina espírita só ganhou impulso a partir de 1865, na Bahia, com o Grupo Familiar do Espiritismo, que foi o primeiro centro espírita kardequiano do Brasil, de conhecimento público. Esse centro foi dirigido pelo Luís Olímpio Telles de Menezes⁴⁶, que era membro do Instituto Histórico da Bahia. Quatro anos depois, ele criou o primeiro jornal espírita do Brasil, intitulado *O Echo d'Além Túmulo*, que o próprio dirigiu. Esse periódico era impresso na tipografia do Diário da Bahia e chegou a ter circulação no exterior. Porém, o tempo de vida do periódico foi curto. A Igreja Católica tratou de impedir a expansão do espiritismo na Bahia que, gradativamente, foi se enfraquecendo.

Este jornal participou das lutas políticas em que vivia o país, engajando-se declaradamente na campanha abolicionista e na luta pela liberdade de culto e tolerância religiosa. *O Eco de Além-Tumulo* pretendia contribuir no processo de liberdade de consciência que estava em curso no país e manter um diálogo com os diferentes credos. Desde 1860 o Brasil vivia em clima de intensa disputa política em torno da questão da liberdade de culto. De um lado os católicos lutando para manter o catolicismo como

⁴ É a doutrina revelada pelos Espíritos Superiores, através de mediuns, e organizada (codificada), no século XIX, por um educador francês, conhecido por Allan Kardec. O Espiritismo é, ao mesmo tempo filosofia, ciência e religião. Filosofia, porque dá uma interpretação da vida, respondendo questões como “de onde eu vim”, “o que faço no mundo”, “para onde irei depois da morte”. Toda doutrina que dá uma interpretação da vida, uma concepção própria do mundo, é uma filosofia. Ciência, porque estuda, à luz da razão e dentro de critérios científicos, os fenômenos mediúnicos, isto é, fenômenos provocados pelos espíritos e que não passam de fatos naturais. Todos os fenômenos, mesmo os mais estranhos, têm explicação científica. Não existe o sobrenatural no Espiritismo. Religião, porque tem por objetivo a transformação moral do homem, revivendo os ensinamentos de Jesus Cristo, na sua verdadeira expressão de simplicidade, pureza e amor. Uma religião simples sem sacerdotes, cerimoniais e nem sacramentos de espécie alguma. Sem rituais, culto a imagens, velas, vestes especiais, nem manifestações exteriores.

religião oficial e para não dar espaços para outras formas religiosas e de outro lado liberais, republicanos, maçons, protestantes exigindo liberdade de culto e a separação da Igreja do Estado.

Por sua vez, a imprensa católica elaborava argumentos contra os espíritas e noticiava as discussões dos intelectuais. A repercussão nos jornais católicos e não católicos sobre as polêmicas eram grandes. Quando o *Jornal Comércio* em 1875 noticiou a primeira tradução completa do *Livro dos Espíritos* de Allan Kardec para o português, feita por Joaquim Carlos Travassos, a polêmica aumentou. A Igreja dizia que o Espiritismo era um desrespeito ao Evangelho e ao espírito cristão, pois as ideias de revolução, de religiosidade natural, de fé raciocinada teriam efeitos nefastos sobre a ordem pública, a família e as tradições, atingindo toda a sociedade.

Assim como nas províncias da Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, na Paraíba as primeiras notícias do movimento espírita remontam a década de 80 do século XIX tanto na capital a Parahyba do Norte (atual João Pessoa) como na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Isto se deve no nosso entendimento, a maior divulgação do espiritismo, impulsionado, também, pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, o que facilitou o acesso de um número cada vez maior de pessoas as leituras espíritas.

O movimento espírita na Paraíba não teve vida fácil, seja no aspecto material ou religioso. Vejamos porquê. Com a ascensão de D. Adauto a Diocese da Paraíba em 1892, iniciou-se uma ação constante do clero contra o movimento espírita paraibano, criando dificuldades a sua expansão, divulgação e prática. De acordo com Luiz Gonzaga e Souza Lima (1979), os núcleos espíritas eram bastante numerosos na Paraíba, contando com muitos bacharéis, professores, jornalistas e funcionários públicos, inclusive com a presença de familiares de D. Adauto.

Ainda segundo Lima (1979), D. Adauto em visita à cidade de Areia no ano de 1887 na condição de professor seminarista (em Olinda- PE), aproveitou-se de sua estada para realizar discursos contra a prática espírita, asseverando ser o espiritismo uma nefasta superstição, marcada pelo fanatismo e pela ignorância religiosa. Quando D. Adauto torna-se Bispo da Paraíba, a rejeição e perseguição ao espiritismo e seus adeptos fica mais ostensiva. Neste embate contra o movimento espírita, a Igreja vai utilizar o jornal semanal *A Imprensa Catholica*, criado em 1893 pela Diocese paraibana. Além de ser utilizado para a divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, este jornal também foi utilizado ao longo de sua existência jornalística para combater de forma contundente o espiritismo.

O editorial da Imprensa Catholica datado de 24 de agosto de 1902, firmava a posição da Igreja no que diz respeito à prática espírita, a qual condenava não só o espiritismo, como também seus adeptos, pois a Igreja entendia que o espiritismo representava um perigo à saúde mental humana, e que poderia levar o indivíduo a praticar distúrbios sociais, provocados pela mediunidade ou espíritos trevosos, daí a recomendação da igreja para que seus adeptos se afastassem da “seita” espírita, sob a alegação de irem para o inferno.

Neste sentido, os embates entre católicos e espíritas tornam-se campos antagônicos de poder, em que ambos vão fazer uso das estratégias que dispõem para legitimar seu espaço. Sob a influência desse pressuposto teórico, compreende-se, então, que os espíritas assumiram a posição de um novo jogador em busca de reconhecimento na sociedade brasileira. Eram embates para a obtenção da legitimidade no espaço público e social das práticas espíritas. Como os espíritas defendiam uma doutrina que se definia como um sistema científico, filosófico e moral (religioso), seus embates foram nos campos científico, intelectual e religioso.

Após a mudança de regime de governo no Brasil, além de continuarem buscando seu espaço social com a Igreja, o movimento espírita teve que buscar o reconhecimento enquanto matriz religiosa com o Estado Brasileiro. Isso porque após a promulgação do Código Penal de 1890, o espiritismo foi criminalizado como sendo um crime contra a tranquilidade pública no capítulo dos crimes contra a saúde pública, em seus artigos 156, 157 e 158, sobretudo, no artigo 157, como veremos a seguir.

De forma textual, o *artigo 157* dizia que praticar o *espiritismo*, a magia e seus sortilégios, usar talismã e cartomancia, para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública, a pena seria de prisão de um a seis meses e multa de 100 a 500\$000 reis; Já no *artigo 158*, era vedado ministrar ou prescrever como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro. Neste caso a pena seria de seis meses de reclusão e multa de 100 a 500\$000 reis.

Dentro deste contexto de enfrentamento, o movimento espírita brasileiro reuniuse com o intuito de solicitar mudanças do novo código penal, pois o mesmo em seus artigos restringia de forma intolerante a prática do espiritismo, afinal não estávamos num estado laico?. Mas, que laicidade é esta que coibir um movimento religioso de funcionar e pune seus integrantes com prisão e multa. Neste caso, estamos diante de um contrassenso jurídico e uma pratica de intolerância religiosa.

Diante de tal fato a Federação Espírita Brasileira (FEB) vai reclamar junto ao Ministro da Justiça a época, que era Campos Sales. Porém, seu relator representado na pessoa do advogado criminalista João Batista Pinheiro, limitou-se a dizer que o texto referia-se a pratica do “baixo” espiritismo, e suas práticas estavam diretamente relacionadas às crenças afro-brasileiras, que também foram proibidas de manifestação pelo mesmo código penal de 1890, punindo com prisão aqueles que praticassem crenças de origem africana, não é por acaso, que muitos terreiros de candomblé foram fechados em várias cidades espalhadas pelo Brasil e seus líderes (pais de santo ou mães de santo) foram presos e processados.

No intuito de fazer uma contraofensiva e ao mesmo tempo uma defesa do espiritismo no Brasil, a FEB vai utilizar-se do Jornal *O Reformador*, situado no Rio de Janeiro para defender-se dos ataques que sofria e das punições previstas no Código Penal de 1890. Para a FEB⁵, os artigos 157 e 158 que se acham no capítulo – Dos crimes contra a saúde pública – eram sinais evidentes de que seu autor desconhecia por completo o assunto sobre o qual legislou, ou seja, o espiritismo.

No período de 1881 a 1910 houve diversas perseguições policiais ao espiritismo, sendo proibidas as sessões de muitos grupos espíritas. A Federação Espírita publicou em seu jornal *O Reformador* e reuniu artigos de jornais da imprensa não espírita acerca das perseguições promovidas contra os espíritas que militavam no interior do país. Os locais onde se realizavam as sessões espíritas eram apedrejados e às vezes os perseguidores colocavam até bombas e dinamites para destruir os lugares de reuniões.

Em de janeiro de 1891, foi publicada no Jornal do Commercio⁵⁴ uma coluna intitulada “*O novo código e o espiritismo*”, assinada pela FEB. A intenção da Federação ao publicar esse artigo, era rebater as acusações de charlatanismo e exploração da boa-fé alheia que o espiritismo acabou sofrendo com as proposições de do advogado João Baptista Pereira, que simplificou as práticas espíritas à arte de curar e afirmou serem os espíritas especuladores e expropriadores.

Procuraram, também, reafirmar princípios da doutrina espírita, procurando não a limitar à arte de curar, mas, também a compreensão de mundo, orientação de vida, conduta moral e princípios de amor, bondade e caridade para como próximo, ou seja, princípios estes, contidos também na religião católica.

Federação ao publicar esse artigo, era rebater as acusações de charlatanismo e exploração da boa-fé alheia que o espiritismo acabou sofrendo com as proposições de do advogado João Baptista Pereira, que simplificou as práticas espíritas à arte de curar e

⁵ FEB – Federação Espírita Brasileira. Criada em 1884, cujo objetivo era preservar a unidade doutrinária e reunir de modo institucional os adeptos da pratica espírita dispersos por inúmeros centros espíritas.

afirmou serem os espíritas especuladores e expropriadores. Procuraram também, reafirmar princípios da doutrina espírita, procurando não limitá-la à arte de curar, mas, também a compreensão de mundo, orientação de vida, conduta moral e princípios de amor, bondade e caridade para como próximo, ou seja, princípios estes, contidos também na religião católica.

Em artigo intitulado *O que é um espírita* e publicado no Jornal a Imprensa Catholica de 1921 na Paraíba, o clero tenta definir o que seja um espírita de fato, e começa a fazer adjetivações preconceituosas e comparações a outras religiões, colocando ao final como praticantes de seitas satânicas e diabólicas. A tentativa de definição situa-se nestes termos.

Sim, afinal que é o espírita – catholico? Não, porque catholico é só o que aceita integralmente os ensinamentos da Igreja Catholica, e Ella condemna o espiritismo como seita e diabolica. Mas o espírita será christão? Tambem, não; porque christão significa discípulo de christo, e Jesus Christo proíbe e reprova formalmente o diabolismo, que nada mais é do que o espiritismo. Então o espírita será judeu? Ainda, não; mas, peor que judeu; porque ao judeu, como se ver na Biblia, era prohibido severamente evocar as almas dos mortos, e o espírita faz o que nenhum judeu podia fazer. (...) Eis o que é espírita, um hereje, um apostata, um excommungado, indigno de ter ingresso no lugar santo durante a vida; indigno da sepultura sagrada após a morte; ndigno dos sufrágios da Igreja por toda a eternidade. (AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Serie Jornais. JORNAL A IMPRENSA BISEMANARIO CATHOLICO – Parahyba - Quarta-feira, 19 de outubro de 1921 - ANNO XIX N.19).

Como vemos a reação do clero é agressiva e mais intensa, à medida que o espiritismo difundia-se na sociedade. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja e, usando os mesmos argumentos de sempre, tratava o espiritismo como obra do demônio. No discurso católico presenciamos uma aspereza do tratamento dado ao espiritismo sem maior diálogo e tolerância.

Analisando a presença e expansão do espiritismo no Brasil, percebemos que ao tentar buscar um espaço para sua atuação, espaço este dominado pela Igreja Católica, vamos presenciar os primeiros embates. O clero católico rapidamente classificou a doutrina espírita como herética. O principal argumento era que ela adotava princípios divergentes daqueles contidos nas bases doutrinárias do Catolicismo, além de ser considerada fruto de uma ação demoníaca.

Em função do estilo racional e filosófico da doutrina Kardecista, o espiritismo passa a construir no começo do século XX, principalmente nas pequenas cidades do interior do Brasil, ideologia que se opõe a liderança do pensamento exercido pela Igreja Católica. Atingindo intelectuais de diferentes formações que buscava formas de

inovação frente aos quadros conservadores – seja religioso ou político desta época – no Brasil. Assim, o espiritismo apresentava neste momento, um sistema filosófico-religioso diferente do pensamento católico tradicional e muito mais coerente com o estilo de pensamento científico deste período.

As questões até apresentadas sobre os embates entre católicos e espíritas, nos remetem a refletir sobre a atuação do espiritismo no Brasil e em particular, na Paraíba. Nossa interpretação nos leva a acreditar, que o Espiritismo, seguindo o modelo das grandes religiões, também desenvolveu peculiar capacidade de apresentar interpretação do mundo, explicando a posição dos indivíduos nas estruturas de estratificação social e orientando a conduta moral, social e religiosa de seus integrantes, assim como fazia/faz o catolicismo.

Cartas pastorais como fonte e usos para a expansão da Igreja na Paraíba

As Cartas Pastorais foram amplamente utilizadas pela hierarquia católica em todos os períodos da história do Brasil. Porém, será no período republicano que sua produção se intensificará, tornando-as, a principal fonte de difusão da doutrina católica, constituindo uma forma efetiva de instrução e direcionamento, pelo Bispo, da pastoral diocesana. Entendidas como instrumento essencial para o estabelecimento da autoridade episcopal nas dioceses, as Pastorais acabaram se constituindo como o principal meio de comunicação entre o Bispo, os párocos e, através destes, os fiéis. através delas que o Bispo podia se fazer presente em cada comunidade e estabelecer sua autoridade entre os clérigos e a população de sua jurisdição.

As Cartas Pastorais sempre tiveram caráter oficial por serem assinadas por um ou por vários bispos, como representantes da Igreja. Na leitura de algumas Cartas Pastorais e fragmentos de outras, datadas de 1890 até 1930, percebe-se que elas estavam sempre alinhadas às orientações da Santa Sé no que diz respeito à religião, à sociedade e às políticas vigentes, fazendo valer no Brasil as opiniões do colegiado dos bispos brasileiros e as opções que Roma tomava, frente às exigências das circunstâncias nas quais a Igreja se via inserida.

Através das Cartas Pastorais, os Bispos procuraram intervir nos rituais, na liturgia, nas festas, nos sacramentos, nas práticas devocionais e no ensino doutrinal, retomando para si o controle da religião católica e enfrentando publicamente, por meio das pastorais, as dificuldades surgidas na relação com o Estado e as críticas que a

Igreja recebia dos setores liberais e anticlericais, além de fazer duras críticas ao sistema republicano, em especial, a constituição de 1891 e sua laicidade.

As Cartas Pastorais podem ser apontadas como um instrumento de grande importância na estratégia de disseminação da doutrina católico-romana. Usadas como elementos de difusão das ideias da hierarquia eclesiástica e de renovação católica, eram dirigidas aos diocesanos, clero e leigos, tratando de assuntos variados como: questões doutrinárias ligadas à fé cristã, costumes, problemas de interesse da Igreja como as orientações pastorais e sua participação e relação com o Estado, imprensa, formação, combate às ideias contrárias às orientações dos documentos papais e outros. Como documento público, as Cartas Pastorais, indiretamente, destinavam-se ao poder público constituído, uma vez que tratavam assuntos de implicação política.

Para compreendermos os sentidos das cartas pastorais como instrumento de divulgação das ações católicas em terras paraibanas, de denuncia quanto à presença de outras religiões como o Espiritismo e o Protestantismo, estas cartas como fonte de pesquisa, devem ser analisadas como instrumento de doutrinação e disciplinamento sob os seguintes pontos de vista. Primeiro como forma de produção intelectual, cujos conteúdos estavam diretamente ligados à conjuntura política da época, ou seja, primeira República que marcaria profundamente este momento pela separação oficial entre Estado e Igreja.

Refletindo sobre o conteúdo das cartas pastorais, podemos afirmar que as mesmas se tornaram uma prática regular do episcopado brasileiro, funcionando como meio de comunicação entre o clero e os fiéis. Eram documentos públicos, divulgados em forma de plaquetes em jornais e nas missas. De acordo (LUSTOSA, 1983), uma carta pastoral se constitui em documento de primeiro plano em nível de orientação oficial e ensinamento, embora ressalte os limites desse meio de comunicação nas dioceses brasileiras, devido ao alto índice de fiéis analfabetos. Ainda assim, afirma que a própria forma redacional já revela o caráter seletivo dos destinatários. Pois, para atingir o povo, os vigários teriam que trocar em miúdos a mensagem que as cartas pastorais traziam em sua parte doutrinal.

As Cartas Pastorais e demais documentos produzidos pelos bispos brasileiros, tornaram - se instrumentos privilegiados para que estes manifestassem suas posições sobre as relações que se estabeleciam entre a Igreja, o Estado e a sociedade. Utilizadas pelo episcopado na defesa dos interesses da instituição, as Pastorais constituíram uma arma eficaz para a reorientação das atividades do clero e dos fiéis, para rebater as críticas recebidas dos setores liberais e anticlericais que se manifestavam contra a atuação da Igreja e para debater com o governo imperial a controvertida questão dos limites para a ação dos poderes temporal e espiritual, demonstrando, em linhas gerais,

as posturas assumidas pela Igreja no enfrentamento das principais questões sobre as quais teve que se posicionar para garantir sua livre atuação como instituição.

As Cartas Pastorais trazem um discurso religioso muito bem estruturado, com um caráter ideológico que se exprime num conjunto de representações simbólicas, valores sociais e crenças tidas como sagradas. Diz respeito ao mundo no qual os homens vivem suas relações com a natureza, a sociedade e suas próprias atividades político, social e religiosa. É assim que devemos analisar e considerar as Cartas Pastorais, como um documento escrito repleto de intenções, diretrizes e direcionamentos ao conjunto da sociedade.

Dom Adauto, enquanto bispo e arcebispo da Paraíba foi autor de inúmeras cartas pastorais, num total de 29, de conteúdos variados, porém sempre voltadas para a doutrinação, expansão do evangelho e de valores morais e sociais, investido de pleno poder e autoridade em solo paraibano afirmando o poder da Igreja - considerando o *poder simbólico* (BOURDIER, 2004) e significado sócio-político que um bispo tinha em uma cidade – e garantindo sua expansão territorial, fato que ocorreu em terras paraibanas do Litoral ao Sertão.

Dom Adauto fez uso de várias cartas pastorais para chamar atenção da população sobre vários assuntos, como educação, ensino, política, conduta moral, o trabalho do paroquiado, festas jubilares, o papel da imprensa, etc. Numa carta pastoral intitulada *Deus e a Pátria de 1908*, evidencia-se uma estratégia operacional da Igreja Católica, destinando-se à racionalização e à normatização das atividades da militância católica com vistas ao processo de sistematização e moralização das práticas e das representações religiosas e políticas, que incidiam sobre a necessidade de restituir o ensino religioso nas escolas públicas. Em uma das passagens desta carta, assim evidenciamos,

Vêde, pois, veneráveis Irmãos e Filhos, como o Sacerdocio catholico é todo destinado a ser o depositário da moral, a trabalhar pela felicidade eterna dos homens, difundir entre eles, mediante a prédica, o conhecimento de todas as verdades religiosas e todas as leis Moraes; vigiar sobre os costumes, ensinar ao menino, instruir e educar o jovem, cuidar da custódia do pudor, da ordem e da harmonia familiar, do respeito a todas as auctoridades legítimas, do cumprimento de todos os direitos e deveres do homem, já na ordem social, educacional, espiritual e sobrenatural. (HENRIQUES, 1908, p. 21).

Podemos afirmar, sem dúvida, que as Cartas Pastorais se constituem em fontes de valor inestimáveis seja pelo seu caráter litúrgico, seja pelo importante lugar ocupado por elas na vida e na organização eclesial católica entre os séculos XIX e XX. As cartas pastorais, juntamente com o púlpito, a imprensa, a iconografia e a arquitetura, eram os

espaços privilegiados de comunicação entre a Igreja e seus fiéis. E representavam também lugar privilegiado de formação social e política para o povo mais simples e iletrado que, de outra forma, não teria acesso às grandes discussões que se travavam no mundo dos letrados.

Tais características chamam bastante a atenção, pois sendo lidas e explicadas ao povo nas missas, nas reuniões das associações de leigos, nos seminários, esses documentos eram em certo sentido os mais “lidos” pela sociedade brasileira do século passado. Principalmente por aqueles estratos sociais mais baixos e com menos acesso à cultura letrada. Num certo sentido, podemos dizer que eram as ideias que mais fundo penetravam na sociedade brasileira desta época. Em certa medida mais que a imprensa, mais que a literatura e infinitamente mais que os escritos filosóficos, científicos e políticos da intelectualidade de então.

Ao mesmo tempo, a exigência do registro das cartas pastorais nos arquivos paroquiais era uma forma dos bispos manterem o controle sobre os párocos e saber se os mesmos estavam cumprindo a determinação de dar publicidade aos documentos. Importante lembrar que, o cumprimento desta orientação era supervisionado pelos bispos, no caso da Paraíba, pelo Arcebispo Dom Adauto por ocasião das visitas pastorais às paróquias.

Por fim, analisar as Cartas Pastorais publicadas pelos Bispos Reformadores deste período da história, incluído aqui o Bispo paraibano D. Adauto de Miranda, é um exercício de análise de discurso, um discurso religioso contido nas cartas que é carregado de vestimentas e simbologias sagradas e conservadoras. É evidente que o discurso religioso tem seu estatuto próprio, e assim deve ser analisado. Porém, não devemos negar que ele tem suas intencionalidades e que foi elaborado por homens que viveram numa configuração social, política e religiosa de seu tempo. Enquanto tal, todo discurso religioso é testemunho de vivências religiosas individuais e coletivas, seja do tempo pretérito ou do presente.

Referências

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. **Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)** - Campinas, São Paulo, Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião?** A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. **Em busca da idade nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social. (1928-1945).** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 2015.

- BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMARGO, Cândido. **Católicos, Protestantes, Espíritas**. 1973. Petrópolis, Vozes.
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas e notas campinenses**. Campina Grande, PB: Edições Caravela, 1988.
- DAMAZIO, Sylvia. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1994.
- DIAS, Roberto Barros. **Deus e a pátria: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)**. Dissertação de Mestrado em História – Programa de pósgraduação em História - UFPB – João Pessoa, 2008.
- FIGUEIREDO, Francisco Severiano de (Org.). **Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Parahyba do Norte: Torre Eiffel, 2 v., 1919.
- _____. **A Diocese da Paraíba**. Tipografia A Imprensa, 1906.
- FERREIRA, Lúcia Guerra. **Igreja e Romanização: Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)**. 1994. Tese de Doutorado em História – USP. 1994.
- FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850 – 1914)**. Brasília – UNB. PPGS. Dissertação de Mestrado, 2008.
- HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. **Cartas Pastorais 1894 / 1935**. Paraíba do Norte. Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba.
- LIMA, Francisco. **D. Adauto: subsídios bibliográficos**. 2ª Edição (1855 / 1915). João Pessoa: Editora Unipê, 2007. Vol.1.
- _____. **D. Adauto: subsídios bibliográficos**. 2ª Edição (1915 / 1935). João Pessoa: Editora Unipê. 2007. Vol.2.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a Imprensa**. São Paulo. Loyola, 1983. (Cadernos de História da Igreja no Brasil, 2).
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil – 1916/1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARIA, Júlio. **A Igreja e o povo**. São Paulo: Loyola, 1983.
- _____. **A Igreja e a República**. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- SANTOS, Ednaldo Araújo dos. **Arquidiocese da Paraíba (1914 / 2014): História e Memória**. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.
- SEVERIANO, Cônego Francisco. **Anuário Eclesiástico 1894 – 1908**. s/e ; s/d. AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo Chancelaria. Serie – Documentação dos Bispos. Subsérie. Livros e Anuarios.
- SOUSA JUNIOR, José Pereira de. **Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas (1890 – 1930)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília, Ed. UNB, 2ª edição, 1980.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

